

EDITORIAL

Em um contexto jurídico e social de necessária reflexão e debate, apresentamos a mais nova edição da Revista Interfaces Científicas Direito, mantendo o padrão de qualidade dos trabalhos, com temas de suma importância para comunidade jurídica e acadêmica.

Iniciamos a apresentação das produções, na seção I da obra, que trata dos Direitos Fundamentais Sociais, com o trabalho: “Regime Internacional de Combate à Corrupção e a Participação Político-Normativa Brasileira”, propondo analisar a formação de um regime internacional de combate à corrupção, como também avaliar os esforços do Brasil para se adequar aos compromissos assumidos nos tratados internacionais;

O segundo artigo versa sobre “Participação Popular na Gestão do Território: Perspectivas do Direito e Dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia”, apresentando a normatização jurídica desta participação na gestão democrática local, norteada pela CF/88, pontuando a importância do exercício da cidadania neste contexto.

O terceiro trabalho intitulado “Da Necessidade de Releitura do Princípio da Anterioridade Eleitoral”, aborda os elementos para interpretar e reanalisar o princípio constitucional disposto no artigo 16 da CF/88, conhecido por princípio da anterioridade eleitoral, buscando a consolidação das ideias democráticas e republicanas no sistema jurídico brasileiro.

Finalizando a seção I, a quarta produção: “É dando que se recebe?”: Dificuldades Metodológicas para Mensurar a Corrupção”, propondo que, ainda que existam parâmetros consolidados na literatura especializada quanto à definição conceitual da corrupção, existem dificuldades metodológicas em categorizar e mensurar este fenômeno.

Os próximos trabalhos estão elencados na Seção II - Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos, iniciando com o título: “Violência de Gênero Contemporâneo: Uma Nova Modalidade Através da Pornografia da Vingança”, neste trabalho, as autoras sinalizam

para uma nova modalidade de violência de gênero, que é a pornografia da vingança, onde esta ocorre não só contra as mulheres, mas essas são em sua maioria as maiores vítimas. Pretende-se, portanto, contribuir para a compreensão do fenômeno, a partir de uma perspectiva sócio-jurídica.

O artigo a seguir: “A Presença da Psicanálise nas Reflexões Iniciais sobre Masculinidade no Pensamento de R. Connell”, tratando de uma reflexão sobre a presença de conceitos da psicanálise freudiana na construção da obra *Masculinities*, de R. Connell e como se desenvolve a temática no decorrer da obra.

O próximo trabalho: “A Tutela da Evidência no Novo Código de Processo Civil”, pretende analisar, de forma não exaustiva, a tutela da evidência, com a entrada em vigor, do novo CPC, introduzindo, entre outras novidades, a busca pela efetivação do princípio constitucional da razoável duração do processo.

E por fim, o trabalho: “Gestão Judiciária ou Gestão de Conflito? Um estudo sobre a implantação da mediação e da conciliação no Tribunal de Justiça de Sergipe”, pontuando sobre a implantação da mediação e da conciliação no Tribunal de Justiça de Sergipe” buscou mapear os impactos no Tribunal de Justiça (TJ) de Sergipe da política de gestão do Conselho Nacional e Justiça no tocante às práticas autocompositivas de resolução de conflitos, em específico, mediação e conciliação.

Diante desta primorosa edição, convidamos os leitores a se debruçar na obra, buscando, cada vez mais a difusão do conhecimento.

Grasielle Borges Vieira de Carvalho

Doutoranda em Direito Político e Econômico – Mackenzie de São Paulo.

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Professora e Pesquisadora do Curso de Direito da Universidade Tiradentes.

Editora Executiva da Revista Interfaces Científicas Humanas e Sociais.